

Guilherme de Souza Nucci

**Corrupção e
Anticorrupção**



RIO DE JANEIRO

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

Capa: Danilo Oliveira

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Corrupção e anticorrupção / Guilherme de Souza Nucci. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6528-0

1. Direito penal. 2. Processo penal. I. Título.

15-22900

CDU: 343.1(81)

SUMÁRIO

1. CORRUPÇÃO.....	1
1.1 Conceito e alcance	1
1.2 Crimes.....	15
1.2.1 Corrupção ativa	15
1.2.1.1 Vantagem indevida e vantagem devida	17
1.2.1.2 Ato de ofício	19
1.2.1.3 Sujeitos, objetos e outros dados.....	20
1.2.1.4 Outros verbos geradores de polêmica..	28
1.2.1.5 A problemática da prisão em flagrante	28
1.2.1.5.1 Autodefesa não autoriza a corrup-	
ção.....	30
1.2.1.6 A dificuldade probatória	31
1.2.1.6.1 Depoimentos de policiais e servi-	
dores públicos	35
1.2.1.7 Causa de aumento de pena	38
1.2.1.8 Exceção pluralística à teoria monística	39
1.2.1.9 A corrupção em leis especiais.....	40

1.2.1.10	Prisão cautelar	41
1.2.1.11	Individualização da pena.....	42
1.2.1.12	Oferta explícita ou implícita, mas reconhecível	43
1.2.2	Corrupção passiva	44
1.2.2.1	Conceitos de funcionário público e de corrupção passiva.....	45
1.2.2.2	Espécies de corrupção passiva	48
1.2.2.3	Sujeitos, objetos e outros dados.....	53
1.2.2.4	A ausência da expressão ato de ofício no tipo penal	56
1.2.2.5	Princípio da insignificância	57
1.2.2.6	Em razão da função	60
1.2.2.7	Formação da peça acusatória.....	63
1.2.2.8	Crime impossível: vantagem inidônea ou ato ilegal	63
1.2.2.9	Prisão em flagrante	66
1.2.2.10	Causa de aumento de pena	68
1.2.2.11	Figura privilegiada da corrupção passiva	68
1.2.2.12	Corrupção passiva e lavagem de dinheiro.....	69
1.2.2.13	Outras formas de corrupção	70
1.2.3	Corrupção ativa em transação comercial internacional	70
1.2.4	Tráfico de influência	75
1.2.5	Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	78
1.2.6	Concussão e excesso de exação.....	80
1.2.6.1	A polêmica da prisão em flagrante	82
1.2.6.2	Desclassificação	83
2.	ANTICORRUPÇÃO.....	85
2.1	Conceito.....	85

2.2 Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira	87
2.2.1 Finalidade e destinatário	87
2.2.2 Comentários à Lei 12.846/2013	92
3. CONCLUSÃO	211
BIBLIOGRAFIA.....	225